



SEMINÁRIO DE LÍDERES EMERGENTES DO SECTOR DE SEGURANÇA

10 a 28 de Junho de 2019
Washington, DC

Sudão do Sul: A justificativa para o Desenvolvimento de Estratégia de Segurança Nacional

VISÃO GERAL

População: 13,8 milhões (WB, 2017)

Expectativa de vida: 56,3 anos (WB, 2017)

Índice de alfabetização de adultos: 32 % (IRIN, 2015)

Grupos étnicos: Existem cerca de 64 grupos étnicos. O Dinka é o maior grupo étnico seguido do Nuer. Outros grandes grupos étnicos incluem Bari, Azande, Shilluk, Murle, Toposa e Luo.

PIB: Atual USD 2,6 mil milhões (WB, 2017),

PIB per capita atual USD 189,4 (WB, 2017)

Índice de pobreza internacional (\$1,9), 82 % (WB, 2018)

Índice de inflação: 362 % (WB, 2017)

Receita: Petróleo (98 % do orçamento anual).

Idioma: Inglês (oficial); árabe e outros idiomas nacionais de 64 grupos étnicos

Religião: Maioria cristã, com muçulmanos e seguidores de outras religiões tradicionais africanas.

Segurança alimentar: Em 2018, 6,3 milhões de pessoas (quase metade da população) enfrentaram graves condições de fome e insegurança alimentar.

PDI e Refugiados: 4,2 milhões de pessoas deslocadas, incluindo 2,2 milhões que partiram para países vizinhos.

Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul:

Estabelecida em julho de 2011; a força atual é de 17 mil tropas, incluindo 4 mil para a Força de Proteção Regional.

1. INTRODUÇÃO

O Sudão do Sul é um país sem litoral situado na África Oriental, o qual conta com a quarta maior reserva de petróleo comprovada no continente. O país ganhou a sua independência do Sudão em 2011 após décadas de conflitos violentos que terminaram em 2005, com a assinatura do Amplo Acordo de Paz (CPA, na sigla em inglês) entre o governo do Sudão e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM, na sigla em inglês). Imediatamente após a assinatura do CPA, a morte do Dr. John Garang, o fundador do SPLM, fez com que Salva Kiir (de origem Dinka) se tornasse o líder do SPLM e presidente do Sudão do Sul, com o Dr. Riek Machar (de origem Nuer) tornando-se seu vice-presidente no partido e no governo. Em menos de dois anos e meio, uma disputa de poder entre o presidente Kiir

e o antigo vice-presidente Machar trouxe à tona divisões étnicas não resolvidas. Machar intimou o Movimento Popular de Libertação do Sudão – Oposição (SPLM-IO) e o país mergulhou numa guerra civil. Com 50 mil mortes, mais de 4 milhões deslocados e metade da população enfrentando insegurança alimentar ou fome, a guerra trouxe níveis de sofrimento humano sem precedentes.

Em 2015, com os esforços e mediação da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), as partes em conflito assinaram o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), o qual resultou, em abril de 2016, na formação do Governo de Transição da Unidade Nacional (TGoNU, na sigla em inglês), liderado por Kiir como presidente e Machar como primeiro vice-presidente, porém, este com maiores poderes. Em menos de três meses após a formação do TGoNU, violentos conflitos eclodiram durante um encontro da Presidência em Juba, capital do Sudão do Sul, resultando na militarização das comunidades e no

surgimento de vários grupos armados e milícias em todo o Sudão do Sul. Sob mediação da IGAD, em setembro de 2018, as partes em conflito, com poucas exceções, assinaram o ARCSS Revitalizado (R-ARCSS, na sigla em inglês), oficialmente celebrado em Juba, em outubro 2018, com a presença de Salva Kiir e Riek Machar. Na ocasião, os dois declararam seu comprometimento para, dessa vez, trabalharem juntos e colocarem o Sudão do Sul no caminho da paz e da estabilidade. No entanto, muitos observadores duvidam da viabilidade desse acordo de paz, principalmente considerando-se que além do processo de mediação ter sido visto como coercivo, a reintegração de Kiir e Machar a seus antigos cargos para trabalharem juntos era visto como uma receita para outro conflito violento. Desde a assinatura do R-ARCSS, o progresso de sua implementação tem sido comprometido pela falta de vontade política e minado por conflitos internos em várias áreas, especialmente na região de Equatória, onde há confrontos entre as forças governamentais e as forças do General Thomas Cirilo, líder da Frente de Salvação Nacional, a qual rejeitou o R-ARCSS.

2. ARQUITETURA DE SEGURANÇA E A GOVERNAÇÃO

No Sudão do Sul, os componentes do setor de segurança uniformizada são:

- Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA) (agora denominado Forças de Defesa do Povo do Sudão do Sul (SSPDF, na sigla em inglês));
- Serviço Nacional de Segurança (NSS, na sigla em inglês) (a organização de inteligência);
- Serviço Nacional de Polícia do Sudão do Sul (SSNPS, na sigla em inglês);
- Serviço Nacional de Prisões do Sudão do Sul (NPSSS, na sigla em inglês);
- Serviço Nacional de Vida Selvagem do Sudão do Sul (SSNWS, na sigla em inglês);
- Serviço Nacional de Defesa Civil do Sudão do Sul (SSCDS, na sigla em inglês) ou a brigada de incêndios. (Obs.: Todos são serviços armados.)

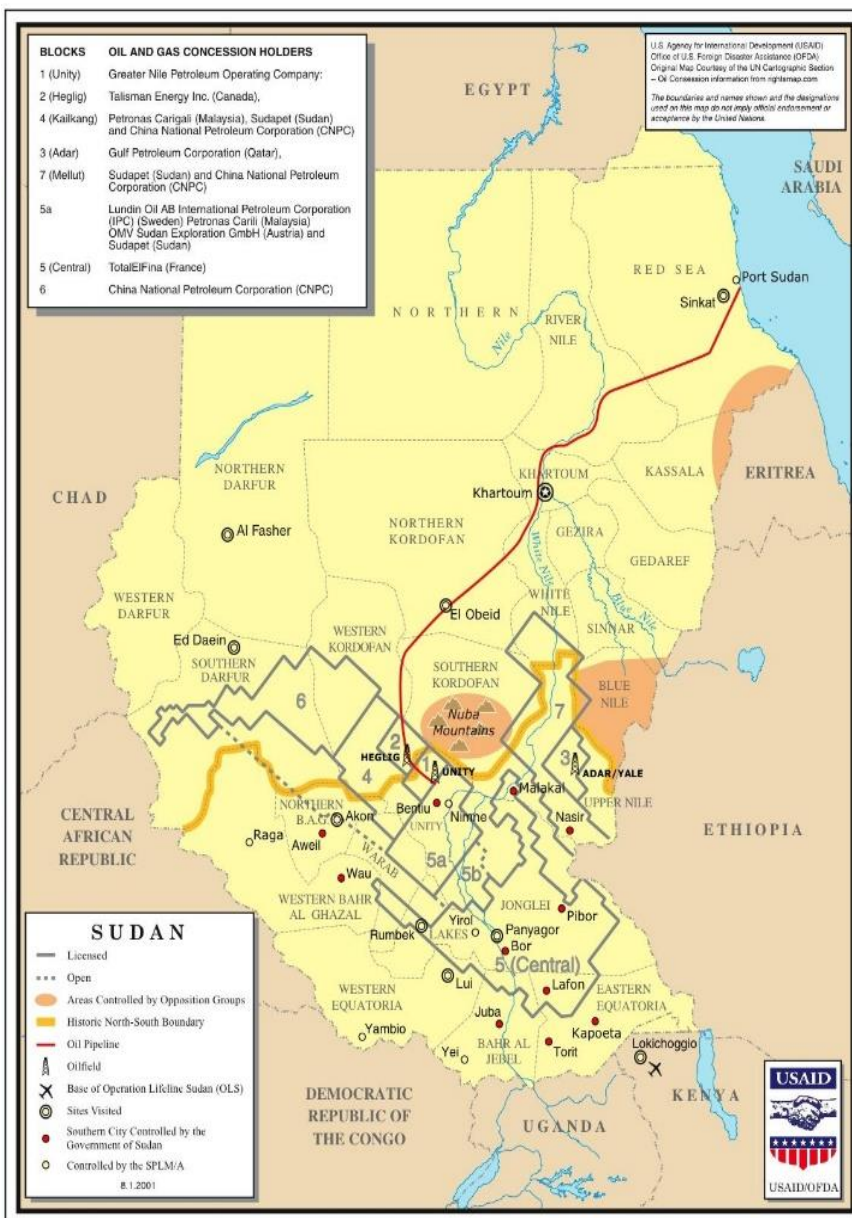
Essas instituições e agências de segurança são chefiadas por funcionários públicos seniores e estão sob a supervisão política de ministros, sendo que suas responsabilidades e funções são definidas por várias legislações e leis. O Conselho de Segurança Nacional, chefiado pelo presidente, está encarregado da coordenação e colaboração interagência do setor de segurança.

3. DESAFIOS DE SEGURANÇA:

Desafios de segurança internos:

Politização do setor de segurança uniformizada¹:

Uma das características persistentes do SPLA e de outros componentes do setor de segurança uniformizada é a sua estreita relação com o SPLM, o partido do poder, do qual foi o braço armado durante a guerra de libertação. Hoje, é comandado por oficiais que se interessam superficialmente pela política, enquanto os políticos tendem a manter a lealdade da milícia. O relacionamento entre o SPLA e o partido do SPLM é profundo e estrutural, em parte porque a divisão de poder estipulada pelo CPA deu ao SPLM a autoridade para selecionar o pessoal dos serviços do setor de segurança uniformizada a partir das fileiras de seu braço militar, o SPLA, fazendo do presidente o comandante-em-chefe do SPLA e líder do partido do SPLM. Além disso, muitos oficiais são politicamente ativos e mantêm vínculos com certos políticos que, conseqüentemente, tendem a ter suas próprias milícias ou a cativar a lealdade de certos setores do exército. Isso resultou na militarização da vida pública e política do Sudão do Sul.



¹ Kuol, D. (2018). "Confrontando os desafios do setor da segurança do Sudão do Sul: Uma perspectiva de praticante". *Relatório Especial No. 4: Visualizando um Sudão do Sul estável*. Washington: Centro África e Estudos Estratégicos (ACSS).

*Falta de profissionalismo*²: Todos os componentes do setor de segurança do Sudão do Sul já foram acusados de graves violações de direitos humanos, incluindo o uso de estupro como uma arma de guerra, o assassinato de pessoas inocentes com base na etnia, o recrutamento de crianças, o deslocamento forçado de populações e pilhagens durante conflitos. Líderes políticos e líderes militares seniores do SPLA (o qual tem a reputação de ser um exército tribal dominado pela etnia Dinka) também são acusados de apropriação de terras e limpeza étnica. Em particular, o serviço de polícia tornou-se o refúgio de oficiais e soldados indesejados do SPLA. A absorção de oficiais não treinados e em grande parte analfabetos de outros grupos de milícia armada significava que a maior parte da força policial era funcionalmente analfabeta. O serviço de polícia carece de uma cultura democrática de policiamento, acabando por adotar um estilo paramilitar de policiamento, com seus oficiais ainda se considerando parte do SPLA³. O Serviço de Segurança Nacional tem a reputação de ser a “polícia política” do presidente e é acusado de ter participado de rendições ilícitas de opositores do regime em países vizinhos. As instituições e agências de segurança tornaram-se fontes de insegurança para os cidadãos e a situação de segurança está se degenerando para um estado *hobbesiano*⁴.

*Instituições fracas e a emergência de uma “Classe Armada”*⁵: A natureza de acordos de divisão de poder que recompensam aqueles com armas criou uma “classe armada” antes da independência do Sudão do Sul, nos estágios iniciais da formação do Estado e na transição para sua independência. O domínio do SPLA, o qual ganhou sua independência à força em 2011, impediu a criação de instituições eficazes. A falta de comprometimento com a reforma das forças armadas, inteligência e agências de aplicação das leis causou estagnação e atrofia na fase embrionária da formação do Estado. Em vez disso, o SPLA se transformou numa aristocracia armada e degenerativa que se alastra pelas esferas sociocultural, política e econômica como um colosso. A fusão de líderes do setor de segurança com o poder político, de classe e de etnia está no centro do sistema predatório de governança que se arraigou no Sudão do Sul. Como tal, o setor da segurança tornou-se não apenas o catalisador da insegurança, mas permitiu que a classe política prosperasse ao nutrir essa insegurança e instabilidade⁶.

*Sobreposição de funções e responsabilidades*⁷: Embora diferentes leis e legislações tenham deixado bastante claras as funções e responsabilidades do setor de segurança uniformizada, a Lei de Segurança Nacional de 2014, promulgada durante a guerra civil, tem usurpado a maioria dos poderes e funções das agências e instituições do setor de segurança entregando-os ao Serviço Nacional de Segurança (Inteligência). Em vez de ter as funções normais de coletar e analisar inteligência, e de aconselhar as autoridades relevantes, conforme previsto na Constituição, a lei

² Ibid.

³ HSBA (2017). “Policiamento no Sudão do Sul: Desafios e prioridades de transformação”. *Issue Brief No. 26*. The Human Security Baseline Assessment (HSBA).

⁴ Kuol, L. (2018). “Três trajetórias para o Sudão do Sul”. *Relatório Especial No. 4: Visualizando um Sudão do Sul estável*. Washington: Centro África de Estudos Estratégicos (ACSS).

⁵ D’Agoot, M. (2018). “Domesticação da classe armada no Sudão do Sul”. *Relatório Especial No. 4: Visualizando um Sudão do Sul estável*. Washington: Centro África de Estudos Estratégicos (ACSS).

⁶ Miamingi, R. (2018). “Estabilidade duradoura no Sudão do Sul: Quais são os pré-requisitos?”. *Relatório Especial No. 4: Visualizando um Sudão do Sul estável*. Washington: Centro África de Estudos Estratégicos (ACSS).

⁷ Ibid.

confere ao Serviço Nacional de Segurança (Inteligência) o poder para manter a segurança, e proteger a Constituição, o tecido social nacional e os cidadãos do Sudão do Sul de qualquer ameaça interna e externa. A lei também obscurece e sobrepõem as divisões de trabalho no setor de segurança. Além disso, também confere ao Serviço Nacional de Segurança poderes constitucionais da polícia para prender, deter e realizar buscas e apreensões. A organização de inteligência também se tornou um “exército paralelo” equipado com tanques, peças de artilharia pesada e vários lançadores de foguetes. Ademais, a inteligência militar do exército nacional, responsável por todas as informações arrecadadas durante missões do exército, também usurpou poderes civis da polícia para prender, deter e realizar buscas e apreensões. “Segurança” tornou-se sinônimo de “inteligência”. As décadas de conflitos no Sudão do Sul têm corroído a separação das funções e mandatos entre a classe política e os agentes de segurança, levando a uma convergência deliberada e desastrosa. Um dos resultados desse emaranhamento é que as agências de segurança se tornaram centrais para a política, assim como os políticos para as questões militares e de segurança.

Dominação étnica e proliferação de milícias e armas:

Em 2005, depois da celebração do CPA, o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA) contava com cerca de 40 mil integrantes. Já em 2010, esse número atingiu 195 mil, incluindo um aumento expressivo no número de oficiais não treinados, muitos dos quais analfabetos (Mande, 2011). Estima-se que, no início da guerra civil, o SPLA contava com cerca de 200 mil membros ativos; no entanto, esse número

tem diminuído em meio a deserções e baixas no campo de batalha. A formação inicial do SPLA e os acordos de divisão de poderes permitiu que os grupos étnicos dos Dinka e Nuer dominassem as fileiras do SPLA. Segundo informações, no início de 2013, os Nuer representavam cerca de 70 por cento do SPLA, porém, defeções e deserções em massa, e políticas de recrutamento distorcidas transformaram o SPLA numa milícia étnica alinhada aos Dinka. A partir de setembro de 2017, a IGAD havia documentado 41 grupos e milícias étnicos armados no Sudão do Sul, com uma proliferação considerável de armas leves, lícitas e ilícitas, que acabaram nas mãos de não menos que 720 mil cidadãos. Enquanto isso, conforme relatos, as forças de defesa do Sudão do Sul portam cerca de 250 mil armas de fogo e a polícia entre 48,2 mil e 67,2 mil.

Altos gastos com segurança: No momento da independência, só o SPLA, sem incluir outros serviços uniformizados tais como os serviços nacionais de polícia e prisão, constituía cerca de 55 por cento de todos os empregados assalariados. Em 2013, antes da eclosão da guerra civil, seus salários representavam, em média, mais de 60 por cento do total das despesas com pessoal e uma média de 40 por cento do total das despesas públicas⁸. A parcela de salários em relação às despesas



⁸ Number, B. (2015). “Desafios dos serviços públicos civis do Sudão do Sul”. *Documento de trabalho*. Londres: International Growth Center.

totais com o SPLA aumentou de 16 por cento, em 2006, para 87 por cento, em 2011⁹. O mesmo padrão é observado para outros serviços uniformizados. Até 2016, as despesas militares do Sudão do Sul representavam cerca de um quarto dos gastos públicos, mais de seis vezes a média continental (2,1 % do PIB) e o segundo maior no mundo, atrás apenas de Omã (SIPRI, 2017). Apesar de uma significativa redução nos gastos militares nos últimos anos, acredita-se que gastos adicionais com segurança não estejam incluídos nos orçamentos. Com o colapso da economia, soldados, pessoal de outros serviços uniformizados e funcionários públicos estão há vários meses sem receber seus salários, resultando num surto de criminalidade e atividades marginais.

*Economia em colapso*¹⁰: Com 3,75 mil milhões de barris de petróleo, o Sudão do Sul tem a quarta maior reserva comprovada de petróleo do continente e está entre os países mais dependentes de petróleo no mundo. Quase 100 % da moeda corrente do país é derivada do petróleo. Antes da guerra, o Sudão do Sul exportava 250 mil barris de petróleo por dia; contudo, em 2013, após a eclosão dos conflitos violentos, a produção caiu para 130 mil barris/dia. Em 2017, cinco anos de guerra civil, a queda dos preços mundiais do petróleo, a maturação dos campos de petróleo e uma produção agrícola abaixo da média causaram uma contração de 6,9 % na economia, uma inflação que atingiu 362 % e uma queda de 90 % da Libra do Sudão do Sul (SSP, na sigla em inglês), levando 70 % da população à pobreza. A perspectiva económica continua negativa, com a expectativa de uma nova contração do PIB, da continuação da queda no valor da SSP, e de uma piora nos níveis de pobreza e insegurança alimentar. Mesmo depois de assinar o R-ARCSS, o Sudão do Sul continua a perder muito de sua receita com petróleo em acordos de compensação e gastos com defesa. Segundo o Banco Mundial, o Sudão do Sul está praticamente entalado num ciclo de endividamento que só se agrava, com a maioria do petróleo sendo extraído já vendido ou comprometido a serviço de dívidas com o Sudão.

*Deterioração da coesão social e trauma*¹¹: Cinco anos de guerra civil, juntamente com instituições fracas — especialmente no setor da segurança dominado pelos dois grandes grupos étnicos (Dinka e Nuer) — tem visto a deterioração das relações entre o Estado e a sociedade, e dentro e entre os vários grupos étnicos. Os índices de fragilidade (social, económico e político) indicam um declínio na coesão social, principalmente após a eclosão dos conflitos violentos em 2013, com as relações verticais deteriorando mais do que as relações horizontais. Ademais, o sentimento de pertencimento ao Estado do Sudão do Sul começou a esvaír-se, com os cidadãos se associando mais com suas tribos ou regiões do que com a unidade nacional. Se a guerra civil persistir, esses desenvolvimentos podem ameaçar a unidade do Sudão do Sul. Além da deterioração da coesão social, alguns estudos encontraram altos níveis de trauma e traumas associados a transtornos mentais, tais como perturbação de stresse pós-traumático (PSPT), depressão e ansiedade, compatíveis com os níveis de países que sofreram genocídio, tais como Camboja e Ruanda.

Corrupção: De acordo com o índice de percepção de corrupção, o Sudão do Sul está classificado entre os países mais corruptos, recebendo apenas 13 dos 100 pontos do índice, em 2018. Muitos

⁹ Gedima, A., 2011. “De uma força de guerrilha a um estado militar: Uma avaliação da transformação do Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA) de 2006 a 2010”. Monterey, CA: Naval Postgraduate School.

¹⁰ Banco Mundial (2018). *Sudão do Sul*. Washington: The World Bank Group

¹¹ Kuol, L. (2018). *Sudão do Sul: A busca por um contrato social resiliente*. Oslo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

relatórios estabeleceram uma forte ligação entre o petróleo, os serviços de segurança, as milícias étnicas, a corrupção e a escalada de conflitos violentos. O mais recente relatório do Global Witness [Testemunha Global] de 2018 mostra como a empresa estatal de petróleo, sob controle direto do presidente e do chefe do poderoso Serviço Nacional de Segurança do Sudão do Sul, vem fomentando a guerra civil ao desviar milhões de dólares do petróleo para os serviços de segurança e milícias étnicas, com supervisão e imputabilidade limitadas.

Grave violação dos direitos humanos e detenções arbitrárias: Desde o início do conflito armado interno do Sudão do Sul, em dezembro de 2013, sérios crimes contra a humanidade e crimes de guerra foram cometidos, praticamente atingindo um nível de genocídio ou de limpeza étnica. Mesmo após a assinatura do R-ARCSS, a Anistia Internacional¹² relatou que centenas de pessoas, a maioria homens, foram detidas pelo Serviço Nacional de Segurança (NSS) e pela Direção de Inteligência Militar, colocadas em vários centros de detenção na capital de Juba, e submetidos à tortura e outras formas de maus-tratos; ainda outros estão desaparecidos. Muitos permanecem detidos como “presos políticos” acusados de se comunicarem com ou de apoiar a oposição.

Crise humanitária e taxa de mortalidade: Apesar do recém-assinado Acordo de Paz, o qual oferece novas oportunidades de subsistência, a ONU¹³ reportou que os efeitos cumulativos de anos de conflitos violentos e de meios de subsistência destruídos deixaram mais de 7 milhões de pessoas, ou cerca de dois terços da população, em condição de extrema necessidade de assistência humanitária e proteção. O conflito violento continua a forçar as pessoas a se deslocarem constantemente, com acesso limitado à assistência humanitária. Quase 4,2 milhões de pessoas foram deslocadas, incluindo 2,2 milhões para países vizinhos e 2 milhões internamente. Estima-se que cerca de 6 em cada 10 pessoas sofrem grave insegurança alimentar, com 2 em cada 5 crianças menores de 5 anos e 2 em cada 5 mulheres grávidas ou lactantes sofrendo de desnutrição. De acordo com o relatório publicado pela Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres¹⁴, cerca de 400 mil pessoas morreram em decorrência da guerra civil, metade dos quais foram mortos em combate e a outra metade morrendo de doenças, fome e outras causas exacerbadas por conflitos violentos.

Desafios de segurança externos¹⁵:

Política regional: Com base no princípio da subsidiariedade, e com o apoio dos países da Troica (Grã-Bretanha, Noruega e Estados Unidos) e da comunidade internacional em geral, a IGAD foi mandatada pela União Africana (UA) para resolver o conflito violento no Sudão do Sul. Por enquanto, a IGAD não foi capaz de obter a conduta necessária das partes em conflito no Sudão do Sul para acabar com a crise, em grande parte devido a interesses regionais concorrentes que, por sua vez, só agravam a atual crise. Os dilemas dos conflitos violentos, a rotura social e a turbulência económica enfrentadas pelo Sudão do Sul poderiam ter sido amenizadas se a região e a

¹² Anistia Internacional, 2018. “Sudão do Sul: Promessas não cumpridas: Detenções arbitrárias pelas agências de inteligência do Sudão do Sul continuam”. <https://www.amnesty.org/en/documents/afr65/8823/2018/en/>

¹³ <https://www.unocha.org/south-sudan>

¹⁴ <https://crises.lshtm.ac.uk/2018/09/26/south-sudan-2/>

¹⁵ Kuol, L. (2018). “Navegando entre os interesses concorrentes de agentes regionais no Sudão do Sul”. *Relatório Especial No. 4: Visualizando um Sudão do Sul estável*. Washington: Centro África de Estudos Estratégicos (ACSS).

comunidade internacional agissem com maior harmonia. O fracasso da IGAD e da comunidade internacional em desenvolver uma abordagem comum para lidar com a crise no Sudão do Sul tem inibido uma resposta robusta, permitindo que as partes em conflito continuem a violar o cessar-fogo e a cometer violações mais graves dos direitos humanos. A crise está perdurando por causa de interesses mesquinhos dos intervenientes regionais e da incapacidade da comunidade internacional de tomar medidas firmes e contundentes.

Interesses económicos: Os interesses económicos dos vizinhos do Sudão do Sul constituem um prisma fundamental através do qual se pode ver não apenas a evolução dos papéis desses vizinhos na situação do Sudão do Sul, mas também as manobras das partes envolvidas no conflito para formarem alianças. O Sudão do Sul atraiu pequenos e grandes investidores para vários setores de sua economia, investidores esses provenientes do Sudão, Quênia, Uganda, Etiópia, Eritreia e Egito, além de diversas empresas multinacionais, especialmente da China, Malásia, França e Índia. Os subsequentes envolvimento desses países foram geralmente informados pelo seu desejo de proteger os interesses de seus investidores nacionais, embora a intensidade de tais interesses tem variado de país para país. As políticas relacionadas às águas do Nilo e à construção da Grande Barragem do Renascimento Etíope (GERD, na sigla em inglês), aos oleodutos e às enormes oportunidades de investimento tornaram o Sudão do Sul um terreno competitivo para interesses económicos regionais e internacionais que agravaram a crise atual.

Interesses políticos e de segurança: A independência do Sudão do Sul criou desafios políticos que se tornaram prejudiciais a sua sobrevivência. Sua independência foi aceita pelo Sudão, porém, relutantemente, pois causou a perda de um quarto de seu território e três quartos de suas receitas com exportação (cerca de \$13 mil milhões); o acontecimento foi visto como um projeto ocidental imposto contra a sua vontade. Desde a independência do Sudão do Sul, as elites dominantes islamistas em Cartum, apesar de seus aparentes interesses económicos num Sudão do Sul estável, têm demonstrado interesse em inverter a independência e começaram a trabalhar para desestabilizar o novo Estado. Em menos de um ano, o Sudão e o Sudão do Sul entraram em guerra pela disputada região fronteiriça rica em petróleo. O Sudão do Sul foi acusado de apoiar os movimentos rebeldes sudaneses nas regiões de Darfur, das Montanhas Nuba e do Nilo Azul. O conflito de interesses políticos e de segurança entre os membros da IGAD estão claramente refletidos na proliferação de iniciativas (Sudão, Quênia e Uganda) destinadas a lidar com a crise no Sudão do Sul. A região está dividida em duas fações: Uganda/Egito e Etiópia/Sudão. Apesar de a Uganda e o Egito serem a favor da reunificação do SPLM e da manutenção do atual *status quo* em Juba, os dois estão indiretamente prejudicando a liderança da Etiópia na IGAD a fim de reduzir a influência das elites islâmicas sudanesas e da Etiópia no Sudão do Sul. Por outro lado, a Etiópia e o Sudão estão interessados em mudar o atual *status quo* em Juba por meio da revitalização do Acordo de Paz e da reintegração do Dr. Machar ao governo de Juba, como forma de limitar a influência de Uganda e do Egito no Sudão do Sul. O Acordo de Paz de 2018 se deu como resultado da mediação do Sudão e de Uganda, proporcionando aos dois países um papel mais inclusivo nos setores de petróleo e de segurança do que outros países membros da IGAD, estratégia essa destinada a servir seus interesses nacionais no Sudão do Sul. Essas disposições levaram alguns analistas a acreditar que o Sudão Sul se tornou praticamente um condomínio do Sudão e de Uganda.

Fadiga dos doadores: Com a eclosão de conflitos violentos que resultaram em enormes necessidades humanitárias sem precedentes, quase toda a assistência externa tem sido canalizada para enfrentar o agravamento da crise humanitária num ambiente operacional cada vez mais desafiador e oneroso. A ONU calculou que o Sudão do Sul necessitava de cerca de \$1,7 mil milhões em assistência humanitária em 2018, dos quais apenas \$700 milhões (41 %) foram arrecadados. Os principais doadores incluem os EUA (40,9 %), o Reino Unido (14,2 %), a União Europeia (5 %), o Canadá (3,8 %) e outros (4,9 %). Para que o ARCSS seja implementado, pelo menos \$400 milhões em assistência serão necessários para estabilizar a situação fiscal e monetária no primeiro ano do acordo de transição. Considerando-se as necessidades humanitárias não atendidas, o aumento das violações de direitos humanos, a restrição do acesso à ajuda humanitária, o aumento do número de óbitos de trabalhadores humanitários e pacificadores, e um Acordo de Paz recentemente assinado e coercivamente mediado, os doadores estão relutantes em prestar assistência para a implementação do Acordo de Paz Revitalizado.

OPORTUNIDADES DO SETOR DE SEGURANÇA

Reforma do setor de segurança: Apesar de que as tentativas passadas dos doadores de reformar o setor de segurança do Sudão do Sul não tenham alcançado mudanças significativas, as estruturas políticas e jurídicas por eles criadas podem servir de base para futuros esforços de profissionalização do SPLA. Essas estruturas incluíram o Livro Branco de Defesa do SPLA de 2008, o projeto da Política Nacional de Segurança de 2013 e várias leis para todos os serviços uniformizados (por exemplo, a Lei do SPLA de 2009, a Lei do Serviço Nacional de Polícia de 2009, etc.).

Preços mundiais do petróleo: O aumento considerável dos preços do petróleo bruto Brent e o acordo atual celebrado em Cartum entre as partes em conflito — a fim de garantir e retomar a produção de petróleo com o envolvimento do Sudão — aumentarão as receitas do Sudão do Sul e, subsequentemente, os recursos para o setor da segurança.

Sociedade civil: O papel da sociedade civil no Sudão do Sul tem crescido, especialmente durante as negociações e implementação do ARCSS de 2015. Ao contrário de outros acordos de paz, as organizações da sociedade civil estão envolvidas nas negociações de tratados de segurança contidos no ARCSS que, geralmente, são reservados aos militares; com isso, conseguiram uma representação na arquitetura e nos mecanismos para um cessar-fogo permanente e para uma revisão e transformação do setor de segurança. Além disso, mesmo em meio a uma guerra civil, as instituições tradicionais continuam a desempenhar um papel essencial na manutenção da ordem e do acesso à justiça na região rural do Sudão do Sul.

*Comunidade da África Oriental*¹⁶: A entrada do Sudão do Sul na Comunidade da África Oriental (EAC, na sigla em inglês) em 2016 contribuirá para superar alguns obstáculos ao seu desenvolvimento económico como um país sem litoral e com uma infraestrutura interna deficiente. Com a sua adesão à EAC, o Sudão do Sul poderá reduzir os custos de transporte, beneficiando-se dos atuais e futuros projetos de infraestruturas regionais, tais como o Porto de Lamu, no Quênia, e o cabo

¹⁶ Haas, A. (2016). “O que o Sudão do Sul ganhará ao aderir à Comunidade da África Oriental”. *The CONVERSATION*. 3 de maio.

EASSy, um cabo de fibra ótica submarino de 10.000 km a ser instalado ao longo da costa do África Oriental e Austral. No entanto, o Sudão do Sul pode estar sujeito a alguns custos adicionais em curto prazo, tais como o aumento do custo de vida devido ao provável aumento das tarifas aduaneiras e os altos custos trabalhistas devido aos baixos níveis de educação e capacitação.

*O Acordo de Paz Revitalizado de 2018*¹⁷ (R-ARCSS): Em setembro de 2018, a maioria das partes em conflito assinou o R-ARCSS, com exceção da Frente de Salvação Nacional e alguns outros partidos. Embora o R-ARCSS enfrente os mesmos desafios que frustraram outros esforços de paz, existem motivos para se ter esperança, pois muitos sul-sudaneses veem este acordo como a única forma de silenciar as armas. Assim como o ARCSS, o R-ARCSS permanece no papel e não foi implementado, mas identifica a transformação do setor de segurança (SST, na sigla em inglês) como uma das questões mais fundamentais que precisam ser abordadas para que o Sudão do Sul possa alcançar a paz. O acordo fornece um roteiro holístico para transformar o setor de segurança por meio de um Conselho de Avaliação Estratégica de Segurança e Defesa (SDSRB, na sigla em inglês) multissetorial, o qual inclui representantes das partes em conflito, outros partidos políticos, o Parlamento, líderes religiosos, acadêmicos, jovens, mulheres e organizações da sociedade civil. O SDSRB é encarregado de (i) avaliar os desafios de segurança militares e não militares (internos e externos); (ii) esclarecer as responsabilidades das diferentes instituições e agências do setor de segurança ao responderem a esses desafios de segurança, incluindo a gestão e fiscalização do setor de segurança; (iii) identificar a missão, visão e função específicas do exército nacional, e delinear o programa e doutrina para sua unificação e modernização; e (iv) avaliar as necessidades do exército nacional. Todas essas tarefas destinam-se a informar a *formulação* das políticas nacionais de *Defesa* e de *Segurança*. O acordo conterà as principais disposições relacionadas à transformação do setor de segurança e reconhecerá a necessidade de substituir as atuais forças uniformizadas das partes em conflito, incluindo o SPLA, por novos serviços nacionais uniformizados que reflitam a diversidade do Sudão do Sul. Além disso, o Acordo também conterà disposições para a justiça de transição, incluindo a criação de um Tribunal Híbrido para julgar atrocidades e crimes cometidos durante a guerra civil.

¹⁷ Apuuli, P. (2018). “Estabilidade duradoura no Sudão do Sul: Quais são os pré-requisitos”. *Relatório Especial No. 4: Visualizando um Sudão do Sul estável*. Washington: Centro África de Estudos Estratégicos (ACSS).